

(X) Graduação () Pós-Graduação

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: formação básica sobre a realidade histórica e contemporânea da sociedade e estado brasileiros

Sarah de Sousa Moura
Universidade Federal de Campina Grande
sarahsousa1403@gmail.com

Alexandre Wallace Ramos Pereira
Universidade Federal de Campina Grande
alexandre.ufcg.adm@gmail.com

Islania Andrade de Lira Delfino
Universidade Federal de Campina Grande
islaniaandrade@gmail.com

Williana Pereira Coitinho
Universidade Federal de Campina Grande
willianacoutinho@outlook.com

RESUMO

A formação do administrador público deve contribuir com o desenvolvimento de competências para gerir recursos e pessoas nas entidades estatais. Esta pesquisa teve por objetivo caracterizar como os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Administração Pública abordam os conteúdos de formação básica relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros. Fundamentou-se na formação em administração pública no Brasil e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)s que regem estes cursos, mais especificamente seu art. 5º, § 1º, IV. O estudo adotou abordagem qualitativa, e natureza exploratória e descritiva, a partir de estudo documental nos PPCs dos cursos, seguido de análise de conteúdo para a sistematização e interpretação dos dados. Os resultados mostram que os conteúdos relacionados ao tema desta pesquisa são identificados nos PPC divididos entre a dimensão reflexiva e conceitual e a dimensão prática e vivencial, dispostos tanto no texto geral, quanto nos componentes curriculares. Esta pesquisa contribui teoricamente ao analisar como os PPCs incorporam conteúdos sobre a realidade histórica e contemporânea do Brasil, e socialmente pode aprimorar a formação de administradores públicos, capacitando-os para uma gestão mais contextualizada e eficiente dos recursos estatais, alinhada às demandas da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Formação do Administrador Público; Conteúdos; Realidade histórica; Sociedade contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

A formação em administração pública no Brasil apresenta avanços e desafios e pode ser considerada um campo de estudo multidisciplinar (OLIVEIRA; SANTOS; STRADIOTO, 2020), com abordagens de suas temáticas exigindo vinculação direta ao estudo dos problemas da sociedade, e seu respectivo contexto, especialmente aqueles de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas, além das vocações regionais (CNE, Resolução n. 1, 2014).

O tema proposto na presente pesquisa está vinculado ao que é enunciado no art. 5º, § 1º, IV, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, como um dos conteúdos de formação básica para o administrador relacionado à área pública, qual seja, a exigência de “conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros” (CNE, Resolução n. 1, 2014).

Isso implica que os projetos pedagógicos e a organização curricular de tais cursos devem conter temas que possibilitem aos estudantes compreenderem a evolução histórica do Brasil, bem como os desafios e dinâmicas sociais e políticas atuais do país.

Essa inclusão é crucial para que os futuros administradores públicos possam entender o contexto de atuação, compreendendo os processos históricos que moldaram as instituições e políticas públicas brasileiras, bem como os problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país atualmente. Dessa forma, os alunos estarão mais preparados para desenvolverem soluções e políticas públicas eficazes que atendam às necessidades da sociedade brasileira em diferentes contextos regionais e culturais, contribuindo assim para o desenvolvimento nacional e para a redução das desigualdades. Desse modo, parece evidente que uma abordagem de ensino que desenvolva a atitude reflexiva (Kopelke; Boeira, 2016) e contextualizada da realidade histórica e contemporânea, especialmente orientada à elaboração de conceitos que contribuam para a interpretação dos fenômenos segundo os contornos próprios da administração pública, seja requerida (Bergue, 2022).

Como principal direcionamento da pesquisa, questiona-se como se apresentam os conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros nos PPC de cursos de bacharelado em administração pública de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Brasil?

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o guia essencial que delinea os fundamentos e diretrizes do curso, abrangendo aspectos filosóficos, políticos, pedagógicos, administrativos e

técnicos. Ele funciona como uma espécie de identidade exclusiva, conforme estabelecido pela legislação, e possui características próprias de completude e finalidade.

Esta proposta de pesquisa volta-se aos principais conteúdos abordados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de administração pública, considerando as diferentes áreas disciplinares envolvidas na formação destes profissionais.

Neste sentido, a pesquisa teve por objetivo caracterizar como os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Administração Pública abordam os conteúdos de formação básica relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros. Especificamente, buscou-se descrever os principais conteúdos programáticos identificados no texto geral e nas ementas das disciplinas, e ainda, discutir os currículos dos cursos a partir da identificação de categorias presentes nas abordagens curriculares levantadas.

A relevância desta pesquisa perpassa a exigência normativa de conteúdos de formação básica para esta profissão (CNE, Resolução n. 1, art. 5º, 2014). Além disso, destaque-se a possibilidade de contribuir com o expressivo desenvolvimento da pesquisa acadêmica que aborda temáticas relacionadas à formação do administrador público no Brasil (Coelho, 2008; Martes et al., 2010; Coelho; Nicolini, 2013; Filgueiras; Lobato, 2015; Gomes, Almeida; Lucio, 2016; Gonçalves; Silva Oliveira, 2016; Farah, 2016; Pimenta, 2013; Pires et al., 2014; Baptista, 2017; Vendramini, 2017).

Entende-se a importância para a academia a produção de pesquisas voltadas à temática, uma vez que contribuem para a problematização dos PPCs e suas respectivas demandas de formação profissional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, bem como com a necessidade de estabelecer uma visão contextualizada, atitude reflexiva e interdisciplinar visando, sobretudo, garantir uma abordagem que privilegie a inserção institucional, política, geográfica e social do ensino (CNE, Resolução n. 1, art. 6º, § 1º, I, 2014). À sociedade, pode-se proporcionar melhores ideias para aprimorar a preparação dos futuros administradores públicos, a partir de uma compreensão mais aprofundada da realidade histórica e contemporânea do Brasil, o que pode resultar em gestões mais eficazes e alinhadas às demandas sociais e políticas do país.

2 FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

O marco inicial do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil foi no ano

de 1952 (Coelho; Olenski; Celso, 2011), com a implantação do curso na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Outros cursos foram sendo criados por diversas IES nos anos seguintes, a exemplo da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Escola Superior de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UNB).

Além da criação de diversos cursos, a formação do administrador público no Brasil foi estimulada pelo aumento da produção científica, com temas específicos da área pública, bem como da realização de inúmeros eventos voltados à discussão de temáticas relacionadas, as quais estimularam também a criação de periódicos científicos e grupos de pesquisa (Hocayenda-Silva; Rossoni; Ferreira Júnior, 2008; Capelari, Afonso; Gonçalves, 2014).

As últimas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública, na modalidade bacharelado, foram instituídas no ano de 2014 a partir da publicação da Resolução n. 1, datada de 13 de janeiro de 2014, publicada pelo Ministério da Educação (MEC), via Conselho Nacional de Educação (CNE).

O art. 5º das DCN enfatiza que o currículo dos cursos deve observar a necessidade de acesso a “conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural” (CNE, Resolução n. 1, art. 5º, 2014).

Logo, espera-se que a formação do administrador público deva voltar-se ao julgamento coerente da realidade e dos processos de planejamento que são requeridos, a partir de ações concretas e objetivas, direcionadas por exemplo à diminuição de desigualdades sociais. Ainda, requer direcionamento curricular que considere os diferentes contextos organizacionais e socioculturais brasileiros, no sentido de estimular ações críticas e criativas diante da realidade do país.

É a partir desse entendimento que a presente pesquisa se sustenta, ao reforçar os indicativos das DCNS para o curso de Administração Pública no que se refere ao reconhecimento da necessidade de análise de problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas. Isto requer foco na contextualização do ensino em que privilegie a conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva (Creswell, 2013; Vergara, 2016), e procedimentos técnicos voltados à pesquisa documental (GIL, 2019), sendo a análise de conteúdo utilizada para o tratamento e análise dos dados (BARDIN, 2016).

Quanto à coleta de dados referente à pesquisa documental, o procedimento inicial foi identificar o universo de pesquisa, qual seja, todos os cursos de bacharelado em administração pública gratuitos, oferecidos por Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. O levantamento de todos os cursos existentes seguindo este critério foi realizado a partir do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) do Ministério da Educação (MEC). Para tanto, utilizou-se filtros de busca, com alguns critérios de inclusão, para melhor refinamento da amostra, conforme descritos no Quadro 1.

Quadro 1: Filtros de busca utilizados no Cadastro e-MEC

Consulta:	Avançada
Busca por:	Curso de Graduação
Nome do curso:	Administração Pública
Gratuidade do Curso:	Sim
Modalidade:	Presencial
Grau:	Bacharelado
Situação:	Em atividade

Fonte: Cadastro e-MEC (Brasil, 2023).

Após esse procedimento de busca, foi então possível definir o universo da pesquisa, composto por 37 cursos de Administração Pública, na modalidade bacharelado e pertencentes à IES públicas brasileiras. Outro procedimento complementar foi realizado e esteve relacionado à busca pelos PPCs destes cursos, disponíveis nos *websites* das IES. O Quadro 2 apresenta o detalhamento desta fase.

Quadro 2: Quantitativos dos cursos identificados

Número de IES levantadas:	26
Número de cursos identificados:	37
Número de cursos excluídos:	21
Amostra final da pesquisa:	16

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Como critérios de exclusão de cursos nesta fase, destaque-se que: seis foram excluídos por se tratar de cursos com foco em administração de empresas; um por encontrar-se em processo de extinção; quatro por ainda não terem sido iniciados; seis pelo critério de considerar

apenas um curso por IES a ser contemplado na amostra; e quatro por não terem sido encontrados os PPCs disponíveis nos respectivos sites.

Assim, os 16 cursos de Administração Pública que, portanto, compõem a amostra de pesquisa estão dispostos no Quadro 3.

Quadro 3: Cursos e IES selecionadas

IES	Siglas	Denominação e localização
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Administração Pública
		Araraquara-SP
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Administração Pública
		Rio de Janeiro-RJ
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Administração Pública
		Arapiraca-AL
Universidade Federal do Cariri	UFCA	Administração Pública e Gestão Social
		Juazeiro do Norte-CE
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILA B	Administração Pública
		Redenção-CE
Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	Administração Pública
		Florianópolis-SC
Universidade Federal Fluminense	UFF	Administração Pública
		Volta Redonda-RJ
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Administração Pública
		Seropédica-RJ
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGR S	Administração Pública e Social
		Porto Alegre-RS
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	Administração Pública e Políticas Públicas
		Foz do Iguaçu-PR
Escola de Governo Professor Paulo Neves da Carvalho	EG	Administração Pública
		Belo Horizonte-MG
Universidade Federal de Lavras	UFLA	Administração Pública
		Lavras-MG
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	Administração Pública
		Campos dos Goytacazes-RJ
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	Administração Pública
		Realeza-PR
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	Administração Pública
		Varginha-MG
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Administração Pública
		Matinhos-PR

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Como procedimento de análise dos dados, optou-se por utilizar a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016) em função dos objetivos e da natureza dos materiais da pesquisa. Em observância ao que determina a referida técnica de análise no tocante as suas fases de implementação, quais sejam: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação, o Quadro 4 especifica os procedimentos adotados em cada uma dessas fases, bem como a definição dos termos.

Quadro 4: Procedimentos adotados na análise de conteúdo

Unidades de Amostragem (UAs):	
Os PPCs dos cursos de Administração Pública selecionados.	
Unidades de Análise (UANs):	
Seções dos PPCs que continham quaisquer referências a conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.	
Unidades de Registro (URs):	
Frases, parágrafos completos de textos, palavras, termos e/ou ilustrações diversas, tais como tabelas, quadros, fluxogramas, entre outras.	
Pré-análise:	Foi feita a leitura flutuante do conjunto das Unidades de Registro (URs), ou seja, o material coletado, e sua organização prévia a partir de duas sistematizações: a primeira voltada aos textos gerais constantes nos PPCs e, a segunda referente aos textos específicos dos componentes curriculares.
Exploração do material:	Procedeu-se uma análise mais criteriosa das URs, orientada pelo levantamento bibliográfico e a orientação normativa das DCNs. Em seguida, as UEs foram agrupadas por variáveis identificadas, buscando definir o conjunto de Categorias Iniciais (CI) de análise.
Tratamento dos resultados:	Nesta etapa se deu a verificação dos conteúdos significativos resultantes da categorização inicial realizada, resultando no agrupamento de Categorias Intermediárias (CINT) e, posteriormente, as Categorias Finais (CF).

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Por fim, é relevante destacar que durante o processo de categorização foram criados os conceitos norteadores de cada uma das Categorias Iniciais e Finais (CI e CF), analisados os respectivos vocábulos do texto, e registradas as palavras frequentes.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As Categorias Iniciais (CI) da pesquisa foram definidas *a posteriori*, conforme Bardin (2016), sendo essa uma das alternativas que o pesquisador escolhe em função dos achados e da abordagem da pesquisa. Portanto, para fins desse estudo, as categorias iniciais foram formadas após uma primeira sistematização do material (parágrafos, frases, termos e palavras).

Esta primeira sistematização esteve circunscrita aos trechos de textos selecionados dos PPCs dos cursos que faziam alguma menção a “conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do estado brasileiros”, conforme preceituado pelas DCNs do curso de graduação em Administração Pública (CNE, Resolução n. 1, art. 5º, § 1º, IV, 2014). Excluiu-se desse processo os textos específicos sobre os componentes curriculares de cada curso, os quais foram objeto de uma segunda sistematização.

É importante ressaltar que os trechos que se constituíram nas Unidades de Registro (URs) estavam dispostas nos PPCs em diferentes seções dos documentos, totalizando 87 seções

distintas. Foram encontrados PPCs em que a nomenclatura e os conteúdos coincidiam, outros apresentavam pequenas variações, enquanto outros divergiam muito. Portanto, verificou-se uma diversidade de abordagens dos elementos constitutivos dos PPCs em seções variadas. Estas seções versavam desde a proposta pedagógica ou diretrizes e objetivos, passando pelo perfil do egresso, justificativa de oferta, políticas de pesquisa, extensão e referenciais metodológicos, até a matriz curricular e outras seções.

4.1 Primeira sistematização: Textos gerais do PPC

Referente à primeira sistematização, o processo iniciou-se a partir da interpretação do conteúdo de 114 URs recortadas dos PPCs, as quais deram base para a formação 38 Cis, dispostas no Quadro 5, e posteriormente a identificação de quatro Categorias Intermediárias (CINT).

Quadro 5: CIs relacionadas aos Textos Gerais

Nº	Categorias Iniciais (CI):
1.	Aproximação com os problemas e realidades socioeconômicas do país.
2.	Aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência das diversas áreas sociais e de tecnologia.
3.	Articulação dos conteúdos por meio de abordagem pedagógica interdisciplinar.
4.	Atividades de extensão têm um papel fundamental na interação e aprendizado mútuo entre a universidade e outros setores da sociedade.
5.	Atividades extensionistas vistas como espaços de debate e reflexão crítica voltadas à prática e a formação acadêmica complementar de qualidade.
6.	Conteúdos trabalhados a partir da integração ensino-pesquisa-extensão.
7.	Comprometimento com a análise da realidade social.
8.	Compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional.
9.	Conhecimento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional.
10.	Consciência das particularidades da realidade social brasileira.
11.	Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos administrativos apreendidos por meio de vivências da realidade de instituições.
12.	Discussão de conteúdos identificados como problemas e questões relevantes na atualidade.
13.	Divisão dos conteúdos em níveis de formações gerais, básicas, profissionais.
14.	Engajamento com a produção de bases sólidas e robustas para com a res publica.
15.	Envolvimento com acontecimentos contemporâneos.
16.	Eixos temáticos compostos por grupos de componentes curriculares específicas.
17.	Escolha de conteúdos com base em debates contemporâneos.
18.	Execução de diagnóstico para intervenção em problemas ligados à área profissional de atuação.
19.	Extensão é pensada como caminho privilegiado para aproximar o estudante da complexidade da realidade social brasileira.
20.	Formar administradores com capacidade de reflexão crítica que se posicione como agente ativo da transformação social.
21.	Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável local e global.
22.	Formar administradores e/ou gestores sociais, capacitados a interpretar desafios contemporâneos.
23.	Formar bacharéis capazes de avaliar a qualidade e a densidade democrática das relações entre Estado e Sociedade.

24.	Formar bacharéis com instrumentais teóricos e metodológicos adequados para compreenderem a realidade social e a promoção desenvolvimento das organizações públicas e sociais.
25.	Formar bacharéis para atuação no variado campo institucional brasileiro, com destaque para as organizações estatais ou não, que exercem funções públicas.
26.	Formar profissionais com conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos necessários às atividades-meio das organizações públicas.
27.	Indicação de conteúdos distribuídos em diferentes disciplinas do percurso formativo.
28.	Indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
29.	Inovação como conceito orientador e alternativo para solução para problemas organizacionais contemporâneos.
30.	Inserção do discente em atividades reais da administração pública por meio de estágio supervisionado.
31.	Orientação aos direitos humanos, à inclusão social e ao fortalecimento da democracia.
32.	Percurso de formação aglutinadores de conteúdos articulados.
33.	Pesquisa como conceito fundamental para a consciência crítica questionadora.
34.	Promoção da redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida na sociedade.
35.	Reconhecimento do Campo de Públicas como área multidisciplinar e aglutinadora de saberes.
36.	Recomendação de conteúdos que revelem a interconexão da realidade público-privado e das esferas federal, estadual e municipal.
37.	Reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.
38.	Vinculação de conteúdos a campos interligados de formação ou área disciplinares.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A consolidação de quatro CINT é o resultado do agrupamento realizado das CIs listadas anteriormente no Quadro 5. No processo de categorização intermediária, também foi definido um conceito norteador para cada CINT como forma de descrevê-las. As CINTs foram assim denominadas: Princípios Orientadores do Currículo (POC); Organização dos Conteúdos Curriculares (OCC); Objetivos e Vocação do Curso (OVC); Curricularização de Práticas e Vivências (CPV). O Quadro 6, a seguir, sintetiza essa consolidação.

Quadro 6: CINTs consolidadas nos Textos Gerais

Categoria Intermediária 1 (CINT):	Conceito Norteador (CN):
Princípios Orientadores do Currículo (POC)	Evidencia a série de valores, diretrizes, princípios ou concepções acerca da proposta pedagógica do curso que orienta o perfil do egresso e referencia os aspectos contextuais do ensino.
Nº	Categorias Iniciais (CIs):
1.	Compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional.
2.	Conhecimento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional.
3.	Aproximação com os problemas e realidades socioeconômicas do país.
4.	Consciência das particularidades da realidade social brasileira.
5.	Comprometimento com a análise da realidade social.
6.	Reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.
7.	Promoção da redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida na sociedade.
8.	Orientação aos direitos humanos, à inclusão social e ao fortalecimento da democracia.
9.	Envolvimento com acontecimentos contemporâneos.
10.	Engajamento com a produção de bases sólidas e robustas para com a res publica.
11.	Indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

12.	Pesquisa como conceito fundamental para a consciência crítica questionadora.
13.	Reconhecimento do Campo de Públicas como área multidisciplinar e aglutinadora de saberes.
14.	Inovação como conceito orientador e alternativo para solução para problemas organizacionais contemporâneos.
Conceito Norteador (CN):	
Categoria Intermediária 2 (CINT):	
Organização dos Conteúdos Curriculares (OCC)	Explora as possibilidades e modos de operacionalizar dos conteúdos formativos no decorrer da integralização do curso.
Categorias Iniciais (CIs):	
15.	Vinculação de conteúdos a campos interligados de formação ou área disciplinares.
16.	Indicação de conteúdos distribuídos em diferentes disciplinas do percurso formativo.
17.	Recomendação de conteúdos que revelem a interconexão da realidade público-privado e das esferas federal, estadual e municipal.
18.	Divisão dos conteúdos em níveis de formações gerais, básicas, profissionais.
19.	Escolha de conteúdos com base em debates contemporâneos.
20.	Discussão de conteúdos identificados como problemas e questões relevantes na atualidade.
21.	Eixos temáticos compostos por grupos de componentes curriculares específicas.
22.	Articulação dos conteúdos por meio de abordagem pedagógica interdisciplinar.
23.	Conteúdos trabalhados a partir da integração ensino-pesquisa-extensão.
24.	Conteúdos tratados nas unidades de aprendizagem de forma interativa e interligados.
25.	Percurso de formação aglutinadores de conteúdos articulados.
Conceito Norteador (CN):	
Categoria Intermediária 3 (CINT):	
Objetivos e Vocação do Curso (OVC)	Indica os objetivos do curso, as habilidades a serem desenvolvidas e os decorrentes espaços de atuação ou campos de trabalho do profissional.
Categorias Iniciais (CIs):	
Nº	
26.	Formar administradores e/ou gestores sociais, capacitados a interpretar desafios contemporâneos.
27.	Formar administradores comprometidos com o desenvolvimento sustentável local e global.
28.	Formar profissionais com conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos necessários às atividades-meio das organizações públicas.
29.	Formar bacharéis capazes de avaliar a qualidade e a densidade democrática das relações entre Estado e Sociedade.
30.	Formar administradores com capacidade de reflexão crítica que se posicione como agente ativo da transformação social.
31.	Formar bacharéis com instrumentais teóricos e metodológicos adequados para compreenderem a realidade social e a promoção desenvolvimento das organizações públicas e sociais.
32.	Formar bacharéis para atuação no variado campo institucional brasileiro, com destaque para as organizações estatais ou não, que exercem funções públicas.
Conceito Norteador (CN):	
Categoria Intermediária 4 (CINT):	
Curricularização de Práticas e Vivências (CAV)	Referência atividades práticas e vivenciais como potencializadoras de uma formação contextualizada com a realidade, especialmente com atividades de extensão e estágio supervisionado.
Categorias Iniciais (CI):	
Nº	
33.	Extensão é pensada como caminho privilegiado para aproximar o estudante da complexidade da realidade social brasileira.
34.	Atividades de extensão têm um papel fundamental na interação e aprendizado mútuo entre a universidade e outros setores da sociedade,
35.	Atividades extensionistas vistas como espaços de debate e reflexão crítica voltadas à prática e a formação acadêmica complementar de qualidade.
36.	Consolidação e aprofundamento dos conhecimentos teóricos administrativos apreendidos por meio de vivências da realidade de instituições.
37.	Aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência das diversas áreas sociais e de tecnologia.

38.	Execução de diagnóstico para intervenção em problemas ligados à área profissional de atuação.
39.	Inserção do discente em atividades reais da administração pública por meio de estágio supervisionado.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A seguir são descritos os processos implementados na segunda sistematização do material no tocante aos componentes curriculares dos cursos, os quais foram submetidos à categorização separada das demais URs. Essa separação foi implementada haja vista as especificidades de formatação dos textos dispostos nos PPCs. Assim, a sistematização realizada considerou a junção de todos os conteúdos referentes às ementas e a denominação das disciplinas.

4.2 Segunda sistematização: Textos específicos dos componentes curriculares

No que se refere à segunda sistematização, o processo iniciou-se a partir do levantamento dos componentes curriculares dispostos nos PPCs. O critério de inclusão no estudo também foi baseado nos mesmos critérios do primeiro processo de sistematização dos dados, isto é, que abordassem “conteúdos relacionados à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do estado brasileiros”, conforme preceituado pelas citadas DCNs do curso (CNE, Resolução n. 1, art. 5º, § 1º, IV, 2014).

Importante citar que nesse segundo processo de sistematização do material, as CIs foram aqui definidas *a priori*, diferentemente do primeiro processo que usou o critério de definição posterior (*a posteriori*). Essa escolha justifica-se pela natureza do material. Ou seja, por se tratar de textos específicos sobre os componentes curriculares (denominação e ementas) e sendo os mesmos agrupados nos PPCs convencionalmente em duas categorias: 1) disciplinas obrigatórias e 2) disciplinas eletivas ou optativas. Adotou-se essa mesma divisão para definir as CIs como disciplinas obrigatórias e disciplinas eletivas ou optativas.

Enfatizado esses critérios, o rol de disciplinas foi então composto, observando-se inicialmente sua denominação e em seguida as ementas. Assim, foram identificados 129 componentes obrigatórios e 62 eletivos. Deste conjunto de disciplinas foram extraídos 191 conteúdos presentes nas ementas. Portanto, os nomes dos componentes, assim como os conteúdos de suas ementas compuseram as URs.

Isto posto, passa-se a descrever os resultados do processo de categorização e suas respectivas CINT formadas (Quadro 7).

Quadro 7: CINTs consolidadas nos textos específicos dos componentes curriculares

Nº	Categorias Iniciais (CI):
----	---------------------------

1.	Disciplinas obrigatórias.
2.	Disciplinas eletivas.
Categoria Intermediária 5 (CINT): Componentes Convencionais e Combinados (CCC)	Conceito Norteador (CN): Identifica componentes curriculares com abordagem eminentemente teórica dos conteúdos ou propõem articulação dos conteúdos com alguma ação mais prática e/ou vivencial e, ainda, que podem combinar sua oferta em apenas uma disciplina ou mais, geralmente acrescentando-se um número sequencial, quando mais de uma.
Categoria Intermediária 6 (CINT): Componentes Especiais e Abertos (CEA)	Conceito Norteador (CN): Especifica os componentes curriculares que apresentam ementa aberta, contemplando temas da atualidade, contemporâneos, emergentes, e tendências, e geralmente não apresentam indicação bibliográfica.
Categoria Intermediária 7 (CINT): Designação Peculiar de Componentes (DPC)	Conceito Norteador (CN): Ilustra as diversas denominações diferenciadas dos componentes curriculares, muitas vezes expressos pelos termos: “Tópicos Especiais em:”, “Seminários Temáticos”, “Oficina Temática”, “Contemporânea”, “Teoria e Prática em:”, “Pensamento”, “Projeto Aplicado”, “Brasileiro”, “Brasileira”, Regional”, “Oficinas Temáticas”, “Moderna”, “Histórico”, entre outros termos e palavras.
Categoria Intermediária 8 (CINT): Conteúdos Direcionadores da Abordagem (CDA)	Conceito Norteador (CN): Denota os conteúdos que determinam as abordagens metodológicas e/ou procedimentos a serem adotados nos componentes curriculares. São exemplos desses conteúdos: “Perspectivas e desafios”, “Trajetória histórica”, “Pressupostos contemporâneos”, “Aplicabilidade na realidade brasileira”, “Perspectivas”, “Contemporaneidade” “Análise de experiências”, “Problemas”, dentre outros exemplos.
Categoria Intermediária 9 (CINT): Conteúdos Referenciais de Particularidades (CRP)	Conceito Norteador (CN): Evidencia conteúdos que apresentam indicativos de localidade e/ou de tempo e/ou de público específico e/ou de experiência privativa. São exemplos desses indicativos: “Políticas de Desenvolvimento para (citou Estado da Federação)”, “Desigualdades Regionais em”, “A década de 60”, “Afro-brasileiras”, “Locais”, “A política econômica nos governos de”, “Caso brasileiro”, “Experiências nacionais”, “Brasil pós CF88”, dentre outros termos encontrados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Após a formação de nove CINTs, foi feita a categorização final. A seguir são descritos os processos implementados.

4.3 Categorização final e síntese do processo

A constituição das CFs foi formada por duas categorias denominadas de: Dimensão Reflexiva e Conceitual (DRC); e Dimensão Prática e Vivencial (DPV). O Quadro 8 apresenta de forma sintética a formação progressiva das categorias analíticas do estudo.

Quadro 8: Síntese do processo de categorização e destaque das CFs do estudo

Total de CIs:	Categorias Intermediárias (CINTs):	Categorias Finais (CFs):
14	Princípios Orientadores do Currículo (POC)	Dimensão Reflexiva e Conceitual
7	Objetivos e Vocação do Curso (OVC)	

2	Designação Peculiar de Componentes (DPC)	(DRC)
11	Organização dos Conteúdos Curricular (OCC)	Dimensão Prática e Vivencial (DPV)
7	Curricularização de Práticas e Vivências (CAV)	
2	Componentes Convencionais e Combinados (CCC)	
2	Componentes Especiais e Abertos (CEA)	
2	Conteúdos Direcionadores da Abordagem (CDA)	
2	Conteúdos Referenciais de Particularidades (CRP)	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Por fim, é importante ressaltar que as CFs representam o processo de aglutinação das CINTs e as respectivas significações dos seus conceitos norteadores. Deste modo, assim como feito no processo de formação das CINTs, também foram elaborados conceitos norteadores para as CFs.

A Dimensão Reflexiva e Conceitual (DRC), enquanto Categoria final, fornece orientações relativas às concepções gerais do currículo de formação do administrador público numa perspectiva contextualizada. Estas concepções perpassam questões voltadas à formação de competências profissionais, sociais e políticas dos estudantes, bem como àquelas direcionadas aos objetivos e vocação dos cursos. Para tanto, aponta a necessidade para o atendimento às especificidades locais e regionais onde os cursos são ofertados. A tudo isso, exige-se atitudes de reflexão dos aspectos contextuais, históricos ou mais recentes da sociedade e do Estado brasileiros, levando-se em consideração as exigências que a gestão pública e a sociedade contemporânea impõem.

Já Dimensão Prática e Vivencial (DPV) traz direcionamentos à estruturação da organização curricular com exigências à formação prática dos estudantes. Assim, é salientada a necessidade de uma estrutura curricular mais realista do campo de atuação profissional do administrador público que privilegie o conhecimento mais abrangente das questões sociais e de gestão pública brasileiras. Trata-se, portanto, de requisições mais específicas, sobretudo voltadas aos temas e conteúdos dos componentes curriculares, os quais devem refletir, prioritariamente, o contexto das realidades vividas pelos estudantes. Ainda, aponta para a exigência de adequado conjunto de ferramentas e abordagens metodológicas, estas consideradas potencializadoras de uma formação contextualizada com a realidade e apoiada por atividades práticas e vivenciais dos estudantes.

5 CONCLUSÕES

Esse trabalho possibilitou entender como as IES públicas tratam da realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado nos seus currículos. Foi necessário explorar e

descrever os principais conteúdos identificados nos textos gerais dos PPCs e nas ementas das disciplinas. Assim, foram identificados e caracterizados os temas que se dividiram em duas grandes dimensões finais: Reflexiva e Conceitual; e Prática e Vivencial.

Esta pesquisa desempenha um papel teórico fundamental ao examinar de que maneira os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) na área de Administração Pública integram conteúdos que abordam tanto a história quanto a situação atual do Brasil, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas. Em um contexto social, seu objetivo é aprimorar a formação dos administradores públicos, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para uma gestão mais informada e eficaz dos recursos do Estado, em conformidade com as necessidades e demandas da sociedade brasileira. Essa abordagem busca não apenas uma compreensão mais profunda do contexto histórico e social do país, mas também uma aplicação prática desses conhecimentos na administração pública, visando melhorar os resultados e impactos das políticas e serviços públicos oferecidos à população.

Na realização da pesquisa foram encontradas algumas limitações, como a dificuldade de acesso aos PPCs de algumas instituições. Notou-se também algumas lacunas quanto ao tema da pesquisa nos currículos de alguns cursos. Isto indica a necessidade de projetos pedagógicos atualizados periodicamente.

Diante dos dados obtidos, podemos afirmar que pesquisas posteriores podem ser realizadas a partir do estudo da matriz curricular de cursos de administração pública nas instituições de ensino privadas. Pode-se também incluir a análise mais detalhada dos conteúdos programáticos das disciplinas, e ainda aprofundar as análises voltadas à propostas metodológicas constantes nos PPCs.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, V. F. Diretrizes nacionais e o descompasso na formação humanística do curso de graduação em Administração Pública da UFRRJ. **Regae -Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 6, n. 13, p. 101-119, 2017.

BRASIL. **Resolução n. 1**, de 13 de Janeiro de 2014. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais em Administração pública. Brasília, DF: MEC, CNE, CES. Disponível em:<http://dgp.cnpq.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COELHO, F. S. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. **CADERNOS EBAPE.BR (FGV)**, v. 6, p. 01-21, 2008.

COELHO, F. S. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. **Cadernos Ebape. BR**, v. 6, p. 01-21, 2008.

COELHO, F. S.; NICOLINI, A. M. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). **Organizações & Sociedade**, v. 20, p. 403-422, 2013.

COELHO, F. S.; OLENSCKI, A. R. B.; CELSO, Rafael Prado. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em administração pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1707-1732, nov./dez. 2011

CRESWELL, J. W, CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013

FADUL, É. M. C.; MAC-ALLISTER DA SILVA, M. A.; SILVA, L. P. Ensaiando interpretações e estratégias para o campo da administração pública no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1437-1458, 2012.

FADUL, E.; COELHO, F. D. S.; COSTA, F. L. D.; GOMES, R. C. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 1329-1354, 2014.

FARAH, M. F. S. Formação em política pública no Brasil: das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “campo de públicas”. **Estudos Políticos**, v.49, p. 192-215, 2016.

FILGUEIRAS, B. S. C.; LOBATO, L. V. C. O “Campo de Públicas” e as políticas sociais no ensino superior brasileiro: um debate acerca do papel do Estado, do desenvolvimento e da formação em/para a gestão públic. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 100-130, 2015.

GAMBOA, V.; PAIXÃO, M. P.; JESUS, S. N. DE. Internship qualityQuality predicts career exploration of high school students. **Journal of Vocational Behavior**, v. 83, n. 1, p. 78–87, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, S.; ALMEIDA, L. SB; LUCIO, M. B. A new agenda for teaching public administration and public policy in Brazil: Institutional opportunities and educational reasons. **Teaching Public Administration**, v. 34, n 2, p. 159-177, 2016

GONÇALVES, S. F. C.; DA SILVA OLIVEIRA, V. C. A constituição do movimento Campo de Públicas a partir da percepção de integrantes graduados em Administração. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 4, p. 202-211, 2016.

KOPELKE, A. L; BOEIRA, S. L. Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 1, pp. 78-95, 2016.

MAERTZ JÚNIOR, C. P.; STOEBERL, P. A.; MARKS, J. Building success fulinternships: lessons from the research for interns, schools, and employers. **Career Development International**, v. 19, n. 1, p. 123–142, 2014.

MARTES, A. C. B.; AZEVEDO, C. B.; FARAH, M. F. S.; LOUREIRO, M. R.; BRESLER, R. Novos desafios para cursos nas Áreas públicas no Brasil: a proposta da Fundação Getulio Vargas de São Paulo. **Temas de administração pública** (UNESP. Araraquara), edição especial, v. 1, n. 6, p. 1-15, 2010.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

OLIVEIRA, C. C.; SANTOS, C. H. S.; STRADIOTO, J.P. A interdisciplinaridade na administração pública: proposta de um modelo de avaliação. **Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences**, v. 42, e51255, 2020.

PIMENTA, C. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: Marques, M. e Faria, C. (Orgs). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz. 2013.

SANTOS VIEIRA, N.; HIGUCHI, A. K.; DA SILVEIRA CAMPOS, D. C.; SÁ, A. A. D. C. S.; TELES, M. P. O Estágio Supervisionado em Cursos a Distância: Uma Análise da Percepção dos Estagiários do Curso de Administração Pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. **EaD em Foco**, v. 9, n. 1, 2019.

SOUZA COELHO, F.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; MIDDLEJ, S. D. A.; Pires, V. Dossiê-Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

VENDRAMINI, P. Ensino de administração pública e o desenvolvimento de competências: a contribuição do curso de administração pública da ESAG-UDESC. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, v. 34, p. 38, 2016.